



RELATÓRIO

Audiência Pública: “Estratégias de inclusão social e econômica dos catadores de rua de Salvador”

Local: Auditório do Ed. Bahia Center - anexo da Câmara Municipal de Salvador

Data: 25/05/2022

Horário: 10h às 13h

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Sílvio Humberto – Vereador, Presidente da Frente Parlamentar Maria Lúcia Pereira em Defesa dos Direitos da População e dos Catadores(as) em situação de rua da Câmara Municipal de Salvador

Annemone Santos - Diretora da Federação de Catadoras e Catadores de rua da Bahia

Laíze Lantyer Luz - Advogada, integrante da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados da Bahia (OAB-BA)

Ângela Damasceno – Integrante da equipe técnica que vem elaborando o Plano Municipal de Saneamento Integrado de Salvador - Consórcio de Saneamento Básico (CSB)

Ângela Guimarães - Presidente da União de Negros e Negras pela Igualdade

Rodrigo - Advogado, Analista da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Alex Reis - Coordenador-geral do mandato da Deputada Estadual Olívia Santana



Abertura

Augusto Vasconcelos

Introduziu o tema da audiência, falando da importância de discutir estratégias de inclusão social e econômica das catadoras e catadores de rua de Salvador. Afirmou que a Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb) e a Secretaria de Cidade Sustentável (SECIS) foram convidadas a estar presentes na audiência, porém não compareceram nem enviaram representações. Destacou que os catadores de materiais recicláveis são trabalhadoras e trabalhadores que se dedicam à pauta da sustentabilidade, cumprindo relevante missão para a questão ambiental ao transformar resíduos sólidos em renda para garantir o próprio sustento. Abordou algumas das dificuldades enfrentadas por estes trabalhadores, como a ausência de equipamentos de proteção individual, acarretando ferimentos; e a ausência de políticas públicas assertivas capazes de valorizar os catadores de rua, uma vez que a Política Nacional de Resíduos Sólidos contempla prioritariamente aqueles que estão nas cooperativas. Ressaltou a importância da consolidação de uma associação que represente a classe, com o intuito de ser não somente porta-voz das ideias do grupo, mas também um instrumento de captação de recursos e criação de estratégias de armazenamento dos resíduos sólidos. Falou da importância de eliminar a figura do atravessador, que compra por preços muito baixos enormes quantidades de materiais carregados pelos catadores. Sugeriu pensar formas de vender por preços mais altos para aqueles que possam transformar na indústria os materiais coletados, eliminando assim os atravessadores. Comentou que esteve presente no Boiadeiro, um espaço adequado para o armazenamento do material, mas que necessita de insumos, balança e transporte, para que possam transportar o material sem precisar carregar toneladas pelas ruas da cidade. Enfatizou o objetivo da audiência em discutir iniciativas e receber as sugestões propostas.



Considerações da Mesa

Annemone Santos

Falou que os catadores são pessoas de pele negra muito subestimadas. Disse ter orgulho de ser catadora, profissão que exerce desde os cinco anos de idade. Contou que morava nas palafitas e que naquela época ia para debaixo da ponte pegar cobre e alumínio, uma vez que o plástico não tinha valor e que, quando a fome apertava dentro de casa, as panelas de alumínio eram vendidas para comprar comida. Afirmou que sua mãe levou 28 facadas para se manter no meio dos movimentos sociais, sofria de transtorno mental, e tomava diazepam para dormir. Pontuou que o negro sempre teve papel de escravo e que, recentemente, um atravessador lhe disse que os catadores de rua eram funcionários dele. Enfatizou que os catadores de rua são os donos do próprio negócio. Lamentou o fato de que, quando o catador de rua procura o INSS para se registrar como autônomo, esse direito lhe é negado, pois a política de resíduo sólido só reconhece o catador se ele estiver organizado. Afirmou que irão então se organizar. Disse que os catadores que vivem em situação de rua sofrem preconceito devido ao fato de todos acharem que são mendigos, fedidos e alcoólatras. Ponderou que, embora o catador não vá ficar rico, levando apenas o pão de cada dia para casa, ele merece muito mais, merece o gás, a água, a luz, a saúde e a moradia. Ressaltou que o município de Salvador precisa dar oportunidade de escuta às mulheres e homens que são mães e pais e utilizam-se da reciclagem como o seu meio de sobrevivência.

Laíze Lantyer Luz

Comentou a realização do projeto Catadoras de Luxo e a importância de dar visibilidade aos catadores. Afirmou que pela primeira vez uma catadora de rua estampou a capa do jornal À Tarde, jornal de maior circulação do Estado da Bahia, em uma situação de visibilidade positiva. Informou que ainda há quadros à disposição e que foi realizado um



leilão dos quadros, com revestimento da renda para as próprias catadoras. Anunciou que o livro digital gratuito está disponível na editora e no site, podendo ser feito o download. Acrescentou que há uma vaquinha aberta para os interessados no livro impresso e pediu apoio e patrocínio para a realização de um evento presencial de lançamento e divulgação dos livros impressos. Saliu a importância dos catadores se fortalecerem e se unirem, pois a Política Nacional de Resíduos Sólidos é bem clara ao determinar a necessidade de associação ou formação de cooperativa para que seja possível pleitear melhores condições de trabalho e reconhecimento. Indicou a formação de uma força-tarefa para a regularização de cooperativas e associações que já estão encaminhadas, porém irregulares por alguma razão, bem como para aqueles que desejam fundar uma cooperativa ou associação. Abordou a questão da capacitação, lembrando a todos que estudar é essencial. Lembrou que o mundo está em constante transformação e que a economia mundial está mudando a visão linear de enxergar o lixo, que não é mais visto como resíduo, mas como recurso econômico poderoso. Afirmou que para que os catadores sejam inseridos nessa cadeia de transformação da visão econômica linear para a visão circular, precisam se fazer presentes.

Comentários da Plenária

Anaci

Afirmou que os catadores de rua querem ter um espaço para armazenamento de material, o que lhes permitirá parar de vender para atravessadores. Contou que recentemente vendeu uma saca grande cheia de garrafas pet, que levou duas semanas para ser coletada, por apenas 20 reais. Pontuou que a coleta é feita envolvendo muita caminhada debaixo de chuva, de sol e de sereno. Afirmou que os catadores precisam da proteção de luvas, pois colocam a mão no lixo, de chapéus, para se protegerem do sol, de uma capa, e de uma bota, pois são muitos vidros e agulhas, ratos e baratas. Enfatizou a necessidade de um espaço no bairro do Comércio para os catadores de rua.



Considerações da Mesa

Ângela Damasceno

Afirmou ser muito importante discutir estratégias para garantir os direitos dos catadores e catadoras. Anunciou que está sendo elaborado um Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado, que contempla o Plano Municipal de Resíduos Sólidos em Salvador. Pontuou que estão sendo realizadas oficinas e audiências para debater o plano e que esses espaços precisam ser ocupados pelos catadores, a fim de garantir que nele seja inserido o conjunto de programas, projetos e ações que vão atender às demandas da categoria. Contou que quando o processo de elaboração do Plano iniciou, a dificuldade era de entender qual era o quantitativo de catadores e catadoras de rua em Salvador e onde eles estavam. Afirmou que, segundo pesquisa realizada pelo Projeto Axé, Salvador possui aproximadamente 14 mil moradores de rua, enquanto que a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza sinaliza um número aproximado de 6 mil moradores de rua, sendo que desses moradores, metade trabalha com a coleta de materiais recicláveis para atender necessidades básicas, como alimentação. Pontuou que é preciso debater, nas audiências supracitadas, que o fato de inexistir um cadastro que quantifique o número de catadores e catadoras de rua em Salvador dificulta ou inviabiliza a discussão sobre quantos equipamentos de proteção individual são necessários, como eles serão distribuídos, ou como esses catadores terão seus direitos trabalhistas assegurados. Ressaltou que são questões que precisam aparecer nas audiências públicas para que sejam transformadas em políticas públicas, integrando educação, saúde, meio ambiente e infraestrutura. Afirmou que a Seinfra precisa acompanhar esse processo e trazer as demandas para o Plano; a Secretaria de Meio Ambiente precisa transformar a discussão em ações que viabilizem a criação de processos de coleta seletiva e de educação ambiental; a Secretaria de Saúde precisa assistir esses catadores e catadoras, identificando as vulnerabilidades do trabalho; a Secretaria de Educação precisa oferecer processos de qualificação, inclusive profissional. Enfatizou a necessidade de um diálogo integrado de diferentes políticas públicas, além de observar a desigualdade



social da cidade. Lembrou que há catadores nas três ilhas que integram a cidade de Salvador, Iha dos Frades, Bom Jesus e Ilha de Maré. Falou da necessidade de regulamentar situações como a dos atravessadores e de atender à demanda de um espaço para o armazenamento e para a comercialização dos materiais. Afirmou que o relatório da presente audiência será extremamente importante para compor o conjunto de programas, projetos e ações que o Plano Municipal de Saneamento Básico, que está sendo elaborado, prevê.

Comentários da Plenária

Joanice Bispo

Afirmou saber o quanto pesa carregar o equivalente a 20 kg de latas na cabeça, uma vez que não possui nenhum instrumento como um carrinho ou carro para carregar o material que coleta. Ressaltou que a categoria não foi beneficiada com o Projeto Salvador por Todos por não estar legalizada, mas que os catadores estiveram na rua todos os dias da pandemia, uma vez que esse é o único meio de sua sobrevivência. Conclamou a classe a se organizar para legalizar a atuação e ter acesso aos benefícios. Afirmou que caminhou longa distância com 20 kg de latinha na cabeça para vender por apenas R\$1,50 ao atravessador. Fez um apelo por melhores condições de trabalho, como o fornecimento de luvas, botas, capas e um espaço para trabalhar.

Considerações da Mesa

Augusto Vasconcelos

Afirmou que muitos vereadores apresentaram projetos durante a pandemia para a inclusão dos catadores de rua no Projeto Salvador por Todos. Salientou que, embora



uma medida paliativa, conseguiram a distribuição de cestas básicas para os catadores à época.

Rodrigo Santos

Falou em nome da Especializada de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado da Bahia, reconhecendo a necessidade da inclusão social e da representação política da categoria, a fim de tornar os catadores de materiais recicláveis efetivos sujeitos de direito. Comentou a importância de tornar a categoria cada vez mais visível. Afirmou que a Defensoria vem trabalhando nos últimos meses no sentido de formalizar uma cooperativa para que os catadores tenham uma representação jurídica, deixando de ser apenas um coletivo e passando a ter uma representação jurídica formal, a fim de que as pautas discutidas possam efetivamente sair do papel. Enfatizou a necessidade da formação de uma força-tarefa para que se possa alavancar e destravar alguns obstáculos que ficaram pendentes nos últimos anos e vêm impedindo a referida organização jurídica formal da categoria. Pontuou que os catadores, enquanto sujeitos de direitos, exercem um protagonismo essencial no que tange a um direito difuso coletivo, que é o direito ao meio ambiente. Ressaltou a via reflexa do impacto que o exercício desse direito gera, trazendo benefícios não só para os indivíduos em si pertencentes à categoria, mas para a sociedade como um todo. Reforçou o compromisso da Defensoria na efetivação não só dos direitos sociais e individuais, mas também de direitos enquanto coletividade.

Comentários da Plenária

Lino

Contou que foi convidado a participar de uma conferência do meio ambiente e lá conheceu a mãe de Annemone, Isodélia. Disse que foi ela quem o colocou no mundo da



reciclagem e com quem aprendeu a trabalhar e levar o dinheiro do pão de cada dia para casa. Afirmou que foi nomeado como representante de Pirajá e que possui um grupo de reciclagem, o grupo Lino e Arte Recicla Pirajá.

Considerações da Mesa

Ângela Guimarães

Afirmou que vivemos em uma cidade que sofre com o desemprego estrutural, na qual a geração de vagas é sempre insuficiente para acolher todas as pessoas. Ressaltou que o trabalho dos catadores é digno e possui relevância ambiental das mais centrais. Destacou que em um momento onde fóruns internacionais em todo o mundo se preocupam com a degradação ambiental, não existe em Salvador uma política pública municipal voltada aos catadores. Lembrou que essa ausência contribui para o aprofundamento da crise ambiental, uma vez que o descarte de materiais potencialmente recicláveis é imenso e que, ao não ter a destinação correta, contribuem para o entupimento de bueiros, deslizamentos de encostas e até o surgimento de novas doenças. Falou do programa Eco Folia Solidária, fruto da Política Estadual de Economia Solidária, fornecendo aos catadores sacos reforçados, luvas, protetor auricular, máscaras, botas, meias e roupas. Ressaltou que isso significa tratar o trabalhador e a trabalhadora que labuta com catação com dignidade e que essas experiências positivas no âmbito do Estado podem e devem ser incorporadas ao município. Afirmou que não há nada que justifique o município de Salvador ainda não dispor de uma Política Municipal de Resíduos Sólidos que inclua catadores e catadoras como estratégia para manter a cidade limpa. Pontuou que isso é fruto da opção política da atual gestão pelos grandes conglomerados, que fazem a coleta de lixo e depois o descarte sem nenhum tipo de responsabilidade ambiental. Afirmou que houve muitos chamados do Ministério Público Estadual, do Ministério Público do Trabalho, e da Defensoria Pública do Estado para que a Prefeitura iniciasse progressivamente a coleta com protagonismo dos catadores. Acrescentou que esse é um projeto de



distribuição de renda, de desprivatização dos serviços públicos, gerando renda para milhares de trabalhadores catadores. Lembrou que Salvador padece com os piores índices sociais e econômicos, sendo uma cidade onde a renda oriunda do trabalho é a mais baixa, onde há menos acesso à saúde, onde os filhos dos trabalhadores têm mais dificuldade no acesso à creche e à escola pública, onde centenas de escolas de educação de jovens e adultos foram fechadas. Finalizou dizendo que a presente audiência tinha como principal objetivo propor à Prefeitura uma inversão de prioridades, ouvindo as vozes dos catadores de rua.

Comentários da Plenária

Socorro

Afirmou ser catadora há cerca de 30 anos, tendo passado por muita humilhação e dificuldades neste período, inclusive envolvendo insegurança alimentar. Contou que perdeu um dedo da mão durante o trabalho como catadora devido a uma taça quebrada que estava no meio do lixo comum sem qualquer proteção. Afirmou que os catadores são escravos. Suplicou por apoio, alegando que muitas vezes os catadores não têm nem o que comer em casa. Pediu a união da categoria.

Considerações da Mesa

Alex Reis

Afirmou que Socorro deu uma aula de cidadania, preservação do meio ambiente e direitos humanos, lembrando que sua fala não foi somente sobre os catadores e as catadoras, mas sim sobre o Brasil, um país marcado pela desigualdade e pelo racismo. Pontuou



ainda que o desabafo de Socorro foi no sentido de exigir não só do poder constituído, do governador, do prefeito, dos deputados federais, estaduais, dos vereadores ou ainda dos técnicos que trabalham nos órgãos públicos, mas também de todos os cidadãos, que são aqueles que consegue efetivamente promover mudanças significativas a partir de uma consciência forte e viva. Concluiu dizendo que o relato de Socorro o deixou mais forte, robusto, com mais qualidade e consequência para fazer o que tem que ser feito para o Brasil melhorar e ser um país mais democrático com efetiva liberdade.

Comentários da Plenária

José Bonfim

Afirmou que trabalha com reciclagem há mais de 25 anos. Disse que há ruas em Salvador que não entra porque as pessoas o discriminam, o proibem de entrar por achar que a forma como ele trabalha é errada e negativa. Relatou que com as dificuldades trazidas pela pandemia, pessoas que antes não reciclavam latinhas passaram a fazê-lo, dificultando o processo e reduzindo a quantidade de material disponível para coleta. Afirmou que os negros estão livres da escravidão, mas não estão livres da escravidão do trabalho, pois os catadores são escravos dos atravessadores. Falou das dificuldades trazidas pela pandemia com o aumento do número de recicladores nas ruas, ficando mais difícil conseguir o próprio sustento. Falou da importância do material de trabalho, como luvas e botas, pois os catadores levam muitos cortes nas mãos e pisam em pregos e em vidros quando pulam dentro dos contêineres.



Considerações da Mesa

Sílvio Humberto

Pontuou que não é normal ou natural carregar as coisas nas costas, porque isso foi feito no passado, tratando-se de uma questão de acesso, de dignidade e de escolha política. Ressaltou que Salvador é uma cidade rica, gerando cerca de 63 bilhões de reais por ano. Afirmou que antes da atual gestão, a cidade ocupava o primeiro lugar na região nordeste em termos de riqueza, estando entre as 10 capitais mais ricas do Brasil. Ponderou que, se há cerca de 3 milhões de habitantes na cidade, dividindo-se a riqueza supracitada pelo número de pessoas, Salvador, que estava entre as 10 capitais, vai para a posição acima de 2000, o que mostra o quanto a renda é concentrada e o quanto o trabalho e o tempo dos trabalhadores não vale nada. Questionou o motivo pelo qual ainda não foi criada uma Política Municipal de Resíduos Sólidos, afirmando que em Salvador a decisão política é sempre favorecer a especulação imobiliária. Enfatizou a necessidade do incentivo à educação pública de qualidade para viabilizar uma melhor participação dos catadores na cadeia produtiva da reciclagem, capacitando-os para subirem nos postos da cadeia e evitar a permanência na base. Falou da importância de buscar a justiça social, mudando a cor do poder para assim mudar também a cor da pobreza. Citou uma frase de Júlio Vilela que diz "tem gente que tem destino, quem quer ter futuro também precisa ter plano". Falou da importância dos catadores terem seus próprios planos. Ressaltou que as empresas contratadas para fornecer os EPI's, carrinhos, dentre outros materiais de trabalho dos catadores precisam ser identificadas dentro da cadeia produtiva e impelidas a fornecer contra-partidas aos recicladores, um retorno social, como, por exemplo, investimentos em programas habitacionais para os catadores e catadoras. Alertou para a importância da devida organização política da categoria, a fim de que permaneçam pressionando o poder público no sentido de evitar sua exclusão da economia circular.



Augusto Vasconcelos

Lamentou profundamente a ausência de uma representação da Prefeitura na audiência, explicando que os convites foram enviados com antecedência para a Secretaria de Cidade Sustentável e para o Presidente da Limpurb. Afirmou que foi solicitado o envio de uma representação, inclusive por mensagem pessoal encaminhada via WhatsApp, e que o fato de não haver uma representação da prefeitura diz muito, pois às vezes a ausência é o silêncio e o silêncio representa uma omissão. Registrou uma nota de repúdio da Ouvidoria da Câmara Municipal pelas ausências inexplicáveis, uma vez que não houve qualquer justificativa ou satisfação, e pela desimportância que a atual gestão está demonstrando às políticas públicas voltadas para as catadoras e os catadores.

Comentários da Plenária

Roseane

Relatou ser recicladora desde criança e estar cansada de sofrer com tanto preconceito. Afirmou que o que recebe pelo trabalho como catadora garante sua sobrevivência, porém deseja sair dessa vida e ser registrada para fins de previdência.

Beatriz

Questionou as balanças de precisão que pesam os materiais coletados, alertando que podem estar adulteradas. Fez um apelo para que as pessoas separem o lixo em suas casas, facilitando assim a vida do catador. Relatou que já foi moradora de rua e que passou por muita humilhação por ser limpa, arrumada e cheirosa, tendo sido negado seu



direito de receber um lençol para dormir, sob a justificativa de que morador de rua tem que ser sujo e fedido.

Nilza

Contou que passa muitas humilhações como catadora de rua. Afirmou que a categoria precisa de uniforme, luva e moradia digna. Disse que precisa terminar sua casa e que está impossibilitada de catar latinhas, pois para isso precisa subir escadas e sente muita dor.

Considerações finais

Augusto Vasconcelos

Afirmou que a Ouvidoria da Câmara Municipal irá oficializar o Ibametro solicitando a fiscalização de todas as balanças de precisão localizadas nos pontos de venda de material reciclável. Comentou o relato de um dos catadores, que afirmou ter recebido apenas 124 reais pela venda de 15 sacos grandes de garrafas pet, trabalho que levou 3 meses para realizar. Lembrou que não se pode glamourizar a pobreza e que o objetivo da audiência era discutir outras oportunidades de vida, principalmente para as crianças, mas também para os próprios catadores, no sentido de que possam encontrar outros caminhos. Explicou que em paralelo a isso, a ideia era também lutar por condições de trabalho mais dignas, com fornecimento de EPI's; cesta básica; fiscalização das balanças; logística do transporte do material, para que não seja necessário carregarem 20kg de latinhas na cabeça; capacitação e qualificação profissional e políticas públicas.



Ângela Damasceno

Sinalizou que o Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado, cuja elaboração está em curso, contempla também um Plano de Resíduos Sólidos que será levado para votação na Câmara Municipal até dezembro do corrente ano. Sugeriu aos vereadores então presentes na audiência que fomentem a discussão e aprovem o referido plano, que tem por objetivo fortalecer a voz dos catadores de rua.

Annemone Santos

Solicitou o fornecimento de carrinhos motorizados para os catadores, pois os mesmos utilizam carrinhos de bebê e carrinhos de mão para transportar o material. Explicou que, da mesma forma que existem os caminhões para recolhimento dos dejetos, existem os catadores para recolher os materiais recicláveis, realizando parte da limpeza urbana da cidade. Afirmou que é preciso lutar pelo social e que a categoria irá conquistar sua própria política pública. Finalizou dizendo que os catadores vivem sendo degradados, maltratados e escravizados tanto pelo Estado quanto pelo Município.



Encaminhamentos:

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;
- Envio do relatório a todos os integrantes da Mesa;
- Elaboração de ofício para o Ibametro solicitando a fiscalização das balanças de precisão.

Salvador, 17 de junho de 2022.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065